

Introdução Ao se estabelecer como uma visão holística e sistêmica, o planejamento ambiental tem como estratégia compor ações dentro de contextos e não isoladamente, trabalhando com o conceito de recurso, admitindo o elemento natural como fonte de matéria para o homem e prevendo a participação da sociedade nas decisões, estabelecendo o planejamento em três eixos: técnico, social e político (SANTOS, 2004). As abordagens de planejamento ambiental normalmente estabelecem a bacia hidrográfica como unidade básica de trabalho, ou neste caso a Microbacia Hidrográfica (MBH) por ser uma unidade geográfica natural, composta por seus divisores de água e possuir características biogeofísicas e sociais integradas, enfocando no seu manejo integrado, medidas inerentes à produção, à recuperação e à preservação dos recursos naturais renováveis, interagindo neste contexto as comunidades rurais com os componentes dos meios físicos e bióticos (SOUZA e FERNADES, 2000). De acordo com SOUZA e FERNADES (2000), ao se propor um manejo integrado de recursos naturais em uma MBH, deve-se focar o ordenamento do uso/ocupação da paisagem, observadas as aptidões de cada segmento e sua distribuição espacial na respectiva MBH, estabelecendo assim o manejo da paisagem, que implica no uso, ocupação e manejo, adequando-os às especificidades de cada elemento da paisagem nos aspectos de aptidão múltipla, dinâmica hidrológica, posição estratégica e inter-relações entre os recursos naturais. O planejamento conservacionista perpassa pelo planejamento ambiental, como sendo a programação de um conjunto de recomendações a ser seguido na exploração de umas propriedades agrícolas, compatíveis com a capacidade de uso das terras, que por sua vez, especifica as práticas mais adequadas para manutenção e/ou melhoramento dos recursos naturais: solo, água e vegetação. Os trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo, iniciaram no ano 2000 com a proposta de aplicar a metodologia de planejamento ambiental em 1.500 MBH's, incorporando técnicas de análise integrada de recursos, envolvendo métodos participativos. Este processo assemelha-se ao discutido por ALVARENGA e PAULA (2000) e ARAUJO e DOCEMA (2002), no que tange no estabelecimento de objetivos e metas do planejamento sócio-econômico ambiental, através da caracterização e diagnóstico participativo da MBH. Objetivos Diante das considerações iniciais, têm-se como objetivos a caracterização e o diagnóstico ambiental da Microbacia Hidrográfica dos Córregos Sabino e Sinhara, localizados no município de Santa Cruz da Conceição (SCC), localizado no Estado de São Paulo, para o estabelecimento de um planejamento ambiental integrado voltado para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais desta paisagem. Material e Métodos Estudou-se no período compreendido entre os anos de 2000 a 2005 a paisagem da MBH dos Córregos Sabino e Sinhara no município de SCC, realizando-se inicialmente através de dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição em cooperação com a Universidade Federal de São Carlos por intermédio do Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental. Fez-se o levantamento sócio-econômico e ambiental das propriedades rurais existentes na localidade, por meio de ferramentas de sensoriamento remoto (fotografias aéreas, imagens de satélite, mapas e cartas temáticas) e da elaboração de projetos individuais das propriedades (PIP), Modelo CATI/PEMH, para posteriormente estabelecer um plano de ação com estratégias de manejo voltadas à sua conservação. Resultados e discussão A MBH dos Córregos Sabino e Sinhara é compreendida por uma área de 1.128,10 hectares distribuída em cerca de 60 propriedades rurais, localiza-se na porção Sudeste do Município de SCC com coordenadas centrais 22°09'56" de latitude Sul e 47°27'19" de longitude Oeste e 732 metros de elevação ao nível do mar. Por meio do processamento e análise da carta base

detecta-se a existência de dois pontos de fragmentação por estradas em Área de Preservação Permanente (APP), existindo cerca de 10,25 km de estradas rurais nesta MBH. Quanto à vegetação natural, esta se caracteriza por ser uma transição entre o cerrado e a floresta estacional semidecidual, destacando uma área de 15 ha com cerrado strictu sensu. Observa-se que a vegetação natural preenche cerca de 164,3 ha ou 14,5% da área da MBH, localizada essencialmente em APP, havendo 38 ha de áreas de conflitos localizadas nas nascentes e na foz dos córregos, ou seja, áreas indevidamente desmatadas e utilizadas para a agropecuária; não foi diagnosticada nenhuma área averbada como reserva legal. A estrutura fundiária é composta basicamente por pequenas propriedades, com 90% ou 54 propriedades com até 50 ha, sendo metade deste valor com propriedades de até 10 ha, onde se sobressai a agricultura familiar e a presença de chácaras de lazer, o que prejudica ações de manejo integrado entre propriedades agrícolas, uma vez que, este fato corrobora para uma maior de fragmentação florestal e elevação nos pontos de poluição ambiental na MBH. Cerca de 858 ha ou 76% dos solos da MBH são classificados, conforme PRADO (2001), como Argissolos Vermelho-Amarelos, estando presentes nas classes de declividade B – 2 a 5 % de declividade e C - 5 a 10%, e 133 ha ou 11,8% como Neossolos Quartzarênicos, localizados em áreas com classe de declividade C. Esta MBH possui a característica de estar em parte localizada em uma paisagem ondulada - classe C, com 499,5 ha ou 44,3%, limitando assim o seu uso em atividades econômicas, uma vez que, BERTOLINI e BELLINAZZI JÚNIOR (1994) citam que terras enquadradas nesta classe não são adequadas para cultivos anuais, perenes, pastagens ou reflorestamento, sendo entretanto, apropriadas para a proteção da flora e fauna silvestre; e 491,5 ha ou 43,5% localizada em uma paisagem suavemente ondulada – classe B, sendo terras impróprias para cultivos intensivos, mas ainda adaptada para pastagens e/ou reflorestamento e/ou vida silvestre. Ao se analisar o cruzamento das informações obtidas através das cartas temáticas, detecta-se a presença de todos os usos da terra presentes nas duas classes (B e C), com destaque a área de pastagens com 404,2 ha, culturas temporárias 275,4 ha e culturas perenes 147,1 ha, tendo-se, portanto, a necessidade de implantação de um manejo ambiental integrando a execução de técnicas de conservação do solo, plantio de culturas agrícolas adequadas à capacidade de suporte do solo, isolamento das áreas de APP e enriquecimento florestal das áreas com vegetação natural; sendo que os resultados dos impactos antrópicos nesta MBH de maneira geral assemelham-se aos obtidos por ARAUJO, PIRES e FUSHITA (2005), ao analisar impactos ambientais em outra MBH no mesmo município, ou seja, estes se concentram no uso inadequado do solo quanto à capacidade de suporte, uso agropecuário de áreas de APP, desmatamento das áreas de nascentes, acelerando assim o processo de perda da biodiversidade terrestre e assoreamento dos córregos, por meio da erosão dos solos e consecutivamente a perda da biodiversidade aquática. Conclusão A elaboração e uso das cartas temáticas (mapa base, tipo de solos, declividade, dinâmica ambiental, uso do solo e estrutura fundiária) como instrumentos de caracterização e diagnóstico ambiental, demonstraram eficiência quanto a sua utilização no planejamento ambiental integrado, uma vez que, determinou a forma de uso dos recursos naturais existentes e quais as estratégias de conservação dos mesmos para a paisagem analisada. Bibliografia ALVARENGA, M.I.N. e PAULA, M.B. de. Planejamento Conservacionista em Microbacias. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 21, n.207, p. 55-64, 2000. ARAUJO, R.T. e DOCEMA, M.A. Superando Incertezas. Revista da CATI. Campinas: CATI, dez. 2002. p. 13-16. Edição especial. ARAUJO, R.T.; PIRES, J.S.R. e FUSHITA, A.T. Characterization and Environmental Diagnosis of Córrego da Água Parada Watershed, Santa Cruz da Conceição city – São Paulo. In: THE ANNUAL

MEETING OF THE ASSOCIATION FOR TROPICAL BIOLOGY AND CONSERVATION, 2005, Uberlândia. Abstract... Uberlândia: Association for Tropical Biology and Conservation, 2005. p. 163. BERTOLINI, D e; BELLINAZZI JÚNIOR, R. Levantamento do meio físico para determinação da capacidade de uso das terras. 2.ed. Campinas: CATI, 1994. 29p. (CATI. Boletim Técnico, 175). PRADO, H de. Solos do Brasil: gênese, morfologia, classificação e levantamento. 2. ed. Piracicaba: 2001. 221p. SANTOS, R.F. dos. Planejamento, Planejamento Ambiental e Paradigmas de Desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. Planejamento Ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2004, cap. 1. p. 16-29. SOUZA, E.R. e FERNADES, M.R. Sub-bacias hidrográficas: unidades básicas para o planejamento e a gestão sustentáveis das atividades rurais. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 21, n.207, p. 15-20, 2000.